

A DINÂMICA ECONÔMICA DISFUNCIONAL DO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

Depois de atravessar uma etapa expansiva entre 2003 e 2010, quando o produto interno bruto (PIB) cresceu 4,0% ao ano, fruto predominantemente do bônus global das commodities e da maturação plena das mudanças estruturais (abertura comercial, desregulamentação, privatizações e lei de responsabilidade fiscal) e da retaguarda de proteção social (valorização do salário mínimo e ações de transferência de renda), plantadas na década de 1990, o sistema de transações brasileiro passou a amargar desempenho medíocre, rotulado pelos economistas por “dinâmica disfuncional” ou, em linguagem corrente, “comportamento travado”.

Trata-se de drástico recuo da performance que deverá oportunizar variação do PIB de apenas 0,7% a.a., no intervalo 2011-2019, e conformar o quarto decênio perdido consecutivo, desde as fases do milagre econômico e do bloco de investimentos estruturantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento dos anos 1970, ocasião em que a nação completou a inserção no ciclo da segunda revolução industrial do mundo capitalista.

Só a título de exemplo, a participação da indústria de transformação na composição do PIB brasileiro caiu de 26,0%, em 1995, para 17,8%, em 2004, 15,0%, em 2010, e 11,3%, em 2018, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também conforme o IBGE, a taxa de investimento despencou de 20,9% do PIB, em 2013, para 15,8% do PIB, em 2018.

O mais gritante é que os segmentos industriais portadores de elevado conteúdo *tecnológico* (*microeletrônico*, máquinas e equipamentos, químico, automobilístico e farmacêutico), que são a expressão do poder de inovação de uma nação, registraram decréscimo de contribuição no PIB de 10,0%, nos anos 1980, para menos de 6,0%, em 2018.

Esses fenômenos desfavoráveis podem ser imputados a um conjunto nada desprezível de incongruências macroeconômicas sintetizadas na aplicação, a partir de 2011, da conhecida nova matriz econômica, dominada por dois vetores de natureza patológica.

O primeiro deles compreendeu a concessão de subsídios tributários e créditos a corporações de grande porte, preferidas do rei e da rainha, consideradas campeãs nacionais pelos critérios de concessão de haveres de terceiros, utilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dentre os agraciados com vultosas somas subsidiadas figuravam os grupos empresariais JBS (dos irmãos Batista), EBX (Eike Batista) e Odebrecht, identificados como “ícones do mau” nas investigações da operação Lava Jato.

O segundo eixo reuniu a interferência oficial na precificação de itens administrados, especialmente energia elétrica e combustíveis, além dos juros e da taxa de *câmbio*, *sob a justificativa* de inevitável obtenção de sintonia fina entre controle da inflação e crescimento econômico firme, que não se concretizou.

A par disso, o aparelhamento partidário das estruturas de poder propiciou a magnificação da organização e prática de verdadeiros assaltos à peça orçamentária, mascarados por pedaladas fiscais - englobando o suporte financeiro de programas do executivo por bancos oficiais e a autorização presidencial de decretos de suplementação orçamentária, sem conhecimento do congresso nacional - e ao caixa das companhias controladas pelo estado.

Isso colaborou decisivamente para a enorme compressão dos investimentos em infraestrutura econômica e social, realizados diretamente pelo governo ou concessionados à iniciativa privada, e, por extensão, a drástica contração da confiança dos agentes na restauração da capacidade de impulsão do aparelho produtivo em médio e longo prazo.

Por tais motivos, a nação contabilizou a mais profunda, abrangente e prolongada recessão da história republicana, com declínio de 8,5% do PIB, entre abril de 2014 e dezembro de 2016, e a mais vagarosa recuperação já aferida por estatísticas oficiais, resumida em acréscimo de 2,2% da grandeza macro, no biênio 2017-2018. A renda per capita estaria 9,0% abaixo do pico alcançado há dezenove trimestres, no princípio de 2014.

Na verdade, as apostas de *rápido resgate do potencial de crescimento*, *ensejadas* pelo impeachment da presidente, em 2016, não se confirmaram, em razão de que, apesar de beneficiado pela trajetória inflacionária cadente, sustentada no cenário internacional benigno e recordes de produção agrícola, e a deflagração de rodadas de corte do juro básico pelo Banco Central, que chegou, em maio de 2018, ao piso histórico, o novo chefe de estado não conseguiu escapar da

As apostas de rápido resgate do potencial de crescimento, ensejadas pelo impeachment da presidente, em 2016, não se confirmaram.

descoberta de envolvimento pretérito na malversação de recursos públicos, em relações promíscuas com grupos privados, o que o forçou a priorizar a compra de votos para a salvação do mandato e interromper a tramitação das mudanças institucionais, no congresso nacional.

O mais grave, porém, é que a retomada da confiança com a vitória de uma plataforma de centro-direita nas eleições presidenciais de 2018 não somente não chegou ao cotidiano dos níveis de atividade, ainda com elevada ociosidade dos fatores de produção, como foi revertida pela não explicitação, pelo novo governo, de um projeto consistente e concatenado de nação.

Sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que o parque fabril atuante no território nacional utilizou apenas 74,6% da capacidade instalada, nos três primeiros meses de 2019, contra 81,1%, da média entre 2011-2018. Dos quinze ramos acompanhados, somente dois (farmacêutico e papel e celulose) suplantaram e um (vestuário) igualou o padrão histórico.

Soma-se, ao clima de exacerbação das expectativas negativas, os crescentes entraves da confusa e débil articulação política entre executivo e parlamento, com vistas à tramitação das reformas, especialmente por conta da terceirização da nobre missão de negociação a representantes dotados de reduzida experiência, algo absolutamente incompatível com as peculiaridades do presidencialismo de coalizão brasileiro que, rigorosamente, em seis das sete ocupações do palácio do planalto desde a redemocratização, em 1985, a exceção de Itamar Franco (1992-1994), esteve mais para cooptação.

Nessa perspectiva, enquanto Bolsonaro prossegue com atitudes de emprego de disfarces, centrado na feitura de caretas para a antiga política, o staff negociador, liderado pelo ministro da casa civil, Onyx Lorenzoni, esforça-se para a edificação da base para as votações importantes no legislativo, por meio da feitura do “serviço sujo”, começando com a oferta de recursos para emendas parlamentares extras, além daquelas obrigatórias.